COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.295, DE 2000 (Apensados os PLs 969, de 1999 e 2.169, de 1999)

Dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado José Linhares

I - RELATÓRIO

O projeto acima ementado pretende alterar artigo da Lei 7.498, de 25 de junho de 1986, que “dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências”. A modificação proposta é no sentido de reduzir a jornada de trabalho de Enfermeiros, Técnicos, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras para seis horas diárias e trinta horas semanais.

As demais iniciativas apensadas, de número 969, de 1999, do Deputado Marcos de Jesus e 2.169, de 1999, do Deputado Fernando Coruja propõem a redução da jornada destes profissionais em termos semelhantes. No entanto, a primeira estabelece tão somente a jornada de trinta horas semanais e cento e vinte horas mensais.

A justificção aventada é o desgaste que estas profissões impõem, exigindo equilíbrio psicológico, além de lembrar o risco que qualquer erro cometido pelo pessoal da enfermagem representa para os pacientes.

Já apreciadas pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com voto pela rejeição, contra o voto em

separado do deputado Jair Meneguelli, estas proposições serão, a seguir, analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

II - VOTO DO RELATOR

A alteração da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem, sejam eles enfermeiros, auxiliares, técnicos ou parteiras, deve representar um grande problema para todo o setor que presta assistência à saúde. Estes trabalhadores já, rotineiramente, estipulam seus turnos de trabalho prevendo folgas para o repouso adequado. É bastante comum, como menciona a Comissão que nos antecedeu, o trabalho em regime de escalas de revezamento acordadas inclusive em convenções de trabalho. É corriqueiro, também, o fato de estes profissionais costumarem manter mais de um emprego nas mesmas condições, o que demonstra, na prática, que esta jornada é perfeitamente aceitável.

Outra questão ponderada é o acréscimo de custos que a redução da jornada acarretaria para o SUS e para todo o setor saúde, bem como a possível inexistência de profissionais suficientes para ocupar as vagas potenciais decorrentes da implementação desta proposta.

Sendo assim, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei 2.295, de 2000 e de seus apensados, os PLs 969, de 1999 e 2.169, de 1999.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado José Linhares
Relator